

Ulysses cobra da Constituinte mudanças sociais

Foto de Juan Carlos Gómez

BRASÍLIA — Ao abrir ontem os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, o Presidente Ulysses Guimarães insistiu na necessidade de que a nova Constituição do País “exorcize a maldição da injustiça social”. Quase um programa de intenções, o discurso de 19 páginas incluiu praticamente todos os principais assuntos que serão objeto de discussões na Assembleia, como o direito do trabalhador a um salário digno e o papel do Estado na economia.

— Esta Assembleia reúne-se sob um mandato imperativo: o de promover a grande mudança exigida pelo nosso povo. Ecoam nesta sala as reivindicações das ruas. A Nação quer mudar, a Nação deve mudar, a Nação vai mudar — proclamou o Deputado peemedebista.

Para Ulysses, os acontecimentos recentes vividos pelo povo brasileiro — como a campanha pelas diretas — “demostraram que o Brasil não cabe mais nos limites históricos que os exploradores de sempre querem impor”.

— Nosso povo cresceu, assumiu seu destino, juntou-se em multidões, reclamou a restauração democrática, a justiça social e a dignidade do Estado.

Muito aplaudido, declarou-se convencido de que esta é a oportunidade histórica de dar ao País “a mais nacional de suas Constituições”, explicando que a experiência dos outros povos quanto aos mecanismos da administração política não pode ser negada, mas que é preciso encontrar, “em nossa própria inteligência e vi-

vência”, processos novos de desenvolvimento jurídico e social. E emendou:

— A ampla maioria de que dispomos nesta Casa constitui garantia bastante de que faremos uma Constituição para a liberdade, para a justiça e para a soberania nacional — disse.

O Presidente da Assembleia discorreu longamente sobre a liberdade, considerando que esta “não pode ser mero apelo da retórica política” e nem “um bem de mercado”. “Em nossa sociedade injusta só pode ter liberdade aquele que dispõe de dinheiro para comprá-lo”, disse.

— Liberdade, soberania, justiça. Sobre estas ideias simples construíram-se as maiores nações da história. Elas serão o âmago da nossa razão comum no trabalho de dotar a Nação de uma nova e legítima Carta política — acrescentou.

Ulysses citou palavras do ex-Presidente Tancredo Neves sobre a Constituição e lembrou aos legisladores que o compromisso maior da Carta a ser redigida é com o futuro: “Esse futuro está aí, apressado, chamando-nos”, alertou. Lembrou também Prudente de Moraes, Presidente da Constituinte de 1890, como um exemplo de austeridade e competência que pretende seguir.

Ao finalizar, o Deputado Ulysses Guimarães agradeceu o apoio dos constituintes ao seu nome e assegurou aos representantes de outras legendas que será, na Presidência da Assembleia, “o coordenador imparcial dos trabalhos constituintes”.



Duas vezes Presidente, Ulysses festejou na segunda-feira, entre amigos

Dupla vitória é comemorada com champanha

BRASÍLIA — Na mesma e fatigante segunda-feira em que articulou, durante todo o dia, sua eleição para a Presidência da Câmara dos Deputados e da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães mostrou que está muito bem, fisicamente. Naquela noite, ele recebeu um grupo restrito de amigos e familiares em sua residência oficial na Península dos Ministros, para brindarem com champanha a dupla vitória. A disposição dos convidados, havia uma mesa bem sortida de queijos e vinhos finos.

Entre os amigos que foram cumprimentá-lo estava seu grande cab eleitoral durante a campanha, o Presidente José Sarney, acompanhado de sua mulher, D. Marly. Compareceram, ainda, os Ministros mais ligados ao Presidente da Constituinte: o maranhense Renato Archer, da Ciência e Tecnologia; o paulista Dilson Funaro, da Fazenda; e o carioca Raphael de Almeida Magalhães, da Previdência e Assistência Social, além de vários políticos.

A organização da festa ficou a cargo da filha, Celina, uma vez que D. Mora Guimarães, mulher de Ulysses, passou todo o dia no Congresso Nacional, acompanhando as votações para as Presidências da Câmara e da Constituinte. Juntamente com seu marido, D. Mora só chegou em casa depois das 23 horas, quando alguns amigos já os aguardavam.

— Correu tudo bem — disse D. Mora, ontem.

A festa se prolongou até a madrugada. O Presidente Sarney, que chegou depois de meia-noite, só deixou a casa de Ulysses à 1h30. E o doutor Ulysses foi dormir, de alma lavada e sem dar sinais de exaustão.

Deputados se recusam a aprovar projeto de Regimento dos Líderes

Foto de Jamil Bittar

BRASÍLIA — A contestação à concentração de poderes nas mãos dos Líderes, acabou ontem por adiar a votação das normas provisórias que regerão a Assembleia. Na sessão convocada para a votação da matéria, alguns Deputados rebelaram-se com a forma como foram encaminhadas as discussões sobre o Regimento preliminar — restritas aos Líderes — e solicitaram um prazo de 24 horas para examinar o texto proposto. O pedido foi aceito pelo Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), que convocou nova sessão para as 15 horas de hoje.

Assim que Ulysses terminou de explicar o trabalho produzido em reuniões das lideranças, o Deputado Del Bosco Amaral (PMDB-SP) levantou uma questão de ordem. Depois de afirmar que o Líder do seu partido, Pimenta da Veiga, não estaria mais na função a partir do próximo dia 10, iniciou sua crítica à proposta de as normas provisórias serem votadas ainda ontem.

Del Bosco acrescentou que os Regimentos da Câmara e do Senado são ditatoriais, e manifestou o seu temor de que os Líderes pudessem estar repetindo os procedimentos neles previstos. Disse também que a bancada paulista quer a participação dos coordenadores:

Ulysses ponderou que a proposta de Regimento definitivo não era imutável, e que os partidos poderiam apresentar suas sugestões, através de emendas e substitutivos. Seria bom, entretanto, segundo o Presidente, que as normas provisórias fossem aprovadas ainda ontem.



Fernando Henrique fala do projeto

Mas ele não conseguiu convencer seus colegas. O Deputado Tidei de Lima (PMDB-SP) disse que havia uma grande preocupação “porque tudo o que é provisório acaba definitivo”. Ele pediu que os Constituintes tivessem acesso ao texto das normas preliminares, ainda que por 24 horas, e declarou, sob aplausos:

— Há que se abolir nesta Casa o voto de Liderança. Na Constituinte, não há que ter voto de liderança.

O Líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso (SP), subiu então à Tribuna para, em nome de todas as lideranças, explicar que o único propósito dos Líderes era o de mostrar que há uma intenção de se chegar “a bom termo” na elaboração da Constituição. Fernando Henrique

apresentou em seguida um cronograma para a votação, ainda este mês, do Regimento interno definitivo: de 04 a 09, apresentação de emendas, e de 10 a 13, preparação, por um relator de um texto a ser submetido ao plenário. Os dias 14 e 15 seriam dedicados ao exame do documento, a ser discutido entre 16 e 22 e votado nos dias 23 e 24.

Por falta de energia elétrica no plenário, a sessão foi suspensa. Na reabertura, Tidei de Lima pediu que “os luminários do partido, os Líderes”, atendessem ao pedido de adiamento da votação. Juntaram-se à reivindicação, em apertes, os Deputados Fernando Santana (PCB-BA), Gérson Peres (PDS-PA), Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP) e Egydio Ferreira Lima (PMDB-PE).

Fernando Henrique considerou justo que todos os se informassem sobre o texto, mas destacou que o trabalho de convencimento de todos os partidos foi longo. Pediu que as emendas fossem feitas com a preocupação de que deve haver transigência. A sessão foi novamente suspensa, por falta de energia elétrica, e na reabertura Fernando Henrique concordou com o adiamento, mas fez um apelo para que nas 24 horas “o espírito de leitura” fosse o da construção de uma convergência.

Ulysses voltou então a defender a necessidade de a Assembleia ter um instrumento imediato de trabalho e informou que os Constituintes receberiam hoje os textos das normas preliminares e da sugestão de Regimento interno, e deferiu a solicitação de adiamento, por lhe parecer “apropriada”.

PARA DEPUTADO, JUSTIÇA COMEÇA NO SALÁRIO

‘Sociedade mais cruel, só na África’

BRASÍLIA — “Não existe no mundo de hoje, salvo em alguns países emergentes da África, sociedade que seja tão cruel com os trabalhadores”. Desta forma, o Deputado Ulysses Guimarães reclamou ontem, em seu discurso aos constituintes, a necessidade de salários justos, considerando que “a justiça para os que trabalham deve começar pelo salário”.

— Liberdade dos cidadãos e justiça nas relações econômicas entre patrões e empregados são condições indispensáveis ao fortalecimento das nações em seu convívio no mundo. Enganam-se os Governos que aspiram ao respeito internacional, se lhes falta o respeito de seu povo — afirmou.

1 ÁREA SOCIAL — Para Ulysses, a assistência médica e educacional do Estado não pode ser vista “como o velho espírito do paternalismo, como se o Estado fosse instituição apenas dos ricos e exercesse a caridade em favor dos pobres”. Segundo ele, “a assistência do Estado é um serviço que ele presta aos cidadãos e estes, que dela necessitam, não devem suplicá-la, mas sim exigí-la”.

— Não é preciso lembrar a dolorosa situação das crianças abandonadas. É este um tema do qual só podemos falar com a cabeça baixa, os olhos no chão — observou.

2 DÍVIDA EXTERNA — Não só a injustiça interna dá origem a desafios, mas “também a espoliação externa, com a insânia dos centros financeiros internacionais e os impostos que devemos recolher ao Império, mediante a unilateral elevação das taxas de juros e a remessa ininterrupta de rendimentos”.

— Trata-se de brutal mais-valia internacional, que nos é expropriada na transferência líquida de capitais. Não entendem os insensatos que somos, no Terceiro Mundo, também

senzalas dos países mais poderosos e que só seremos realmente livres do saque quando distribuírmos a renda pelo menos com equidade.

3 POSSE DA TERRA — “O privilégio começa na posse da terra, no início repartida pelos favores reais entre as oligarquias imigradas, que se acostumaram ao trabalho escravo e dele não querem abrir mão”. E citou Afonso Arinos: “As senzalas do século passado estão hoje nas favelas”.

— A terra não pode ser mera reserva de valor para os que especulam com o seu preço, porque só nela os homens encontram a vida. Não podemos pensar em distribuí-la apenas. É nossa obrigação fazê-la produtiva. Sempre que o direito de propriedade se opuser ao interesse nacional, que prevaleça o interesse da Nação — pregou.

4 FEDERAÇÃO — A autonomia federativa como a base da unidade nacional, reclamando uma “justa apropriação tributária”, é para Ulysses Guimarães uma questão a ser enfrentada pela Constituinte com coragem.

— A Federação, golpeada pelo Estado Novo, foi praticamente destruída nos recentes anos de arbítrio. Cumpre-nos restaurá-la em toda a sua plenitude, tornando realidade um ideal que nasceu com a própria independência.

5 ECONOMIA — “Se o Governo deve intervir no processo econômico, que a sua atuação busque a paz social”, disse Ulysses, acrescentando que “onde se ausenta a consciência ética, deve impor-se o poder arbitral do Estado”. Para Ulysses, “não se pode pensar no liberalismo clássico, que deixa às livres forças do mercado o papel regulador de preços e salários em uma época de economia internacionalizada e cartéis poderosos”.

PMDB se reagrupa para enfrentar os conservadores

Foto de Jamil Bittar

BRASÍLIA — A formação de uma ampla frente democrática, abrangendo os setores progressistas — e podendo eventualmente estender-se até os moderados —, está começando a ser articulada por uma ala do PMDB, aliada a alguns partidos de esquerda, para fazer frente ao bloco conservador na Constituinte.

Representantes dos diversos partidos ainda não conversaram entre si para analisar com profundidade a questão, mas demonstram uma disposição geral nesse sentido. O Partido dos Trabalhadores, por exemplo, preliminarmente arremetido a conversações e alianças abrangentes, está manifestando sua intenção de tomar a iniciativa de formação do bloco.

— Existe um espírito de integração — disse ontem o Primeiro-Vice-Líder do PT na Constituinte, Deputado Plínio de Arruda Sampaio (SP).

— Não há exclusão antecipada. Se, por exemplo, o Delfim (Deputado Delfim Neto, PDS-SP) quiser unir-se a nós contra a pena de morte, ótimo — concluiu o Líder do PT, Luís Ignácio Lula da Silva.

O eixo principal das discussões passaria pela construção do Estado Democrático de Direito, segundo o entendimento da maioria dos parlamentares dispostos a integrar a frente. Não teria, contudo, um caráter permanente. A tendência é de que haja um núcleo homogêneo, que atuará em bloco, e uma massa fluente que penderá, ora para a direita, ora para a esquerda.

— Corremos até o risco de vermos o Senador Virgílio Távora atuar do nosso lado — ponderou o Senador Severo Gomes (PMDB-SP).

Távora, do PDS cearense, conser-



Lula aceita até aliança com Delfim

vador, foi um dos autores da emenda que estabeleceu o monopólio estatal do petróleo e Relator do projeto de lei garantindo a reserva de mercado para a informática. Ele certamente integrará um bloco nacionalista sobre um assunto específico, embora avise que não é “nacionalistóide”.

As alianças serão feitas de forma pontual, ou seja, a partir de temas comuns aos setores progressistas. Essa concepção tornaria possível a atuação em bloco quanto a temas relativos ao direito trabalhista, ao monopólio estatal dos recursos minerais, saúde, educação, moradia, distribuição de renda e poder, por exemplo. Mas seria impraticável no que tange a matérias como a reforma agrária.